

Avaliação Política: Procedimento Teórico-metodológico de análise da Política de Economia Solidária

Political assessment: theoretical and methodological procedure for the analysis of the public policy for the social and solidarity economy

Evaluación política: procedimiento teórico y metodológico para el análisis de la política de la Economía Solidaria

L'évaluation politique: la procédure théorique et méthodologique d'analyse de la politique de l'économie sociale et solidaire.

*Creusa Silva Melo**

*Ana Cristina Brito Arcoverde***

Resumo: Este trabalho objetiva analisar os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via da política. Percorremos um caminho de verificação dos elementos político-ideológicos presentes nas relações entre Estado e sociedade civil, no estabelecimento das parcerias para o fomento às ações de economia solidária no país. Os dados analisados, aliados ao quadro teórico de referência e aos documentos da política, nos indicam que tal política se desenvolve em um campo fértil de correlação de forças políticas e ideológicas que demonstram a dificuldade da sua regulamentação e eficaz implementação enquanto política pública de enfrentamento à questão do desemprego e da falta de trabalho e renda. O trabalho associado ainda é campo de luta pelo direito de produzir e comparece como principal desafio a ser conquistado, tanto no âmbito governamental como para os trabalhadores organizados no âmbito da economia solidária.

Palavras-chave: Avaliação política, economia solidária, trabalho associado

Abstract: This paper aims to analyze the political and ideological determinants that underlie the actions of the State to cope with unemployment and lack of job through politics. We examined the current political and ideological relations between the State and civil society in the establishment of partnerships that promote social and solidarity economy measures in the country. The data analyzed, along with the theoretical framework and policy documents, suggest that such a policy is developed on a fertile ground of correlation of political and ideological forces that demonstrate the difficulty of regulation and effective implementation of the public policy issue confronting the unemployment and lack of jobs and income. Cooperative work remains a field of struggle for the right to produce and appears as the main challenge to be overcome by both the government and cooperative workers engaged in the social and solidarity economy.

Keywords: political assessment, social and solidarity economy, cooperative work.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

** Doutora em sociologia pela Université Sorbonne nouvelle - Paris 3, professora titular do departamento de Serviço Social da UFPE.

Introdução No campo específico da avaliação de política, não se deve perder de vista que as políticas públicas, ou seja, as decisões governamentais, procuram, por um lado, gerar um produto físico, tangível e mensurável, e, por outro, gerar um impacto, que tanto pode ser físico, tangível e mensurável quanto subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e/ou opiniões. (Figueiredo & Figueiredo, 1986, p. 109). Estes autores ressaltam que se a avaliação se detiver no exame substantivo da política e de seu produto, sem entrar no mérito da efetiva apropriação de seus benefícios por parte da população, ela fica restrita à avaliação política. Mas se, ao contrário, a análise entrar no mérito da efetiva apropriação dos benefícios, avançamos para a avaliação de política, tanto do seu produto quanto do seu impacto. (Idem).

Partimos da compreensão de que a avaliação política é antes de tudo a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política, ou seja, que expressam as razões que a tornam preferível a qualquer outra. (Figueiredo & Figueiredo, 1986, p. 108). Estas razões têm que ser relevantes, ou seja, devem estar referidas a princípios cuja realização irá contribuir para uma desejável quantidade e distribuição de bem-estar. (idem). Neste sentido, entende-se que a avaliação política pode ressaltar tanto o caráter político do processo decisório que implicou na adoção de uma dada política como, também, os valores e critérios que podem ser identificados na mesma. (Arretche, 2009, p. 30).

Para a realização de uma avaliação política, a partir desta perspectiva, é imprescindível considerar a peculiaridade

da política a ser avaliada e, ainda, atentar para que tal avaliação não se perca na mera análise conceitual dos princípios (explícitos ou implícitos) que fundamentam a formulação da política. Pelo contrário, reconhecendo o consenso social existente em relação aos princípios contemplados no plano de prioridades, deve voltar-se para a questão da compatibilidade interna entre esses princípios e a consistência deles com os mecanismos institucionais previstos. (Figueiredo & Figueiredo, 1986, p.109).

Este é um aspecto que Arretche (2009) também chama a atenção quando coloca que a avaliação política deve, acima de tudo, examinar os pressupostos e fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública, independente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis. (p. 30).

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de analisar os determinantes políticos e ideológicos que fundamentam as ações do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho, por via da política pública de economia solidária.

Sendo assim, adotamos a avaliação política como perspectiva teórico-metodológica de trabalho e a análise documental como técnica de exploração de informações, que percorreu diversos documentos da Política. Os documentos foram organizados em dois núcleos, de forma a propiciar o agrupamento de ideias ou perspectivas teóricas envolvidas nos mesmos. O primeiro grupo de documentos serviram de base para o desenvolvimento das ideias acerca do tema. Propiciando as devidas conexões com a realidade e o objeto estudado, esse conjunto de documentos foi analisado do ponto de vista teórico servindo como suporte teórico às afirmações empreendidas.

Enquanto o segundo grupo de documentos serviu especificamente para fundamentar as perspectivas político-ideológicas da Política em questão e subsidiou a avaliação política empreendida à Política de Economia Solidária.

Foram adotados procedimentos da pesquisa qualitativa, com a utilização de fontes bibliográficas e documentais de forma exploratória e explicativa. Conforme indicações de Severino (2007), foi realizado não só o levantamento de informações sobre o objeto estudado, mas também registrados e analisados os fenômenos estudados.

A partir da metodologia de Avaliação proposta pelo NEPP/UNICAMP (1999), nossa análise documental percorreu todos os documentos oficiais do programa e do setor encontrados nas consultas aos sites oficiais da política em questão. Foi identificada certa dificuldade de trabalhar com a temática da avaliação política e, sobretudo, relacionada à Política de Economia Solidária, uma vez que esta política não está ainda regulamentada com legislação própria e tem apenas a estrutura garantida no governo através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

Diante disto, priorizamos a análise da política quanto ao seu status de política pública, mediante o vasto referencial teórico acerca da mesma e com o material encontrado no âmbito do governo federal e do Fórum Brasileiro de Economia solidária - FBES.

Iniciamos a nossa avaliação já a partir da análise dos fundamentos da Política de Economia Solidária como primeiro elemento a ser destacado na avaliação política. Tais fundamentos foram encontrados nos documentos finais da I e II CONAES. Nesta análise, a preocupação principal

é apreender os valores e princípios que alimentam e informam a Política. Também nos preocupamos com a elucidação dos critérios que envolveram a escolha desta política em vez de outra e, nesta perspectiva, dos elementos que definiram o processo decisório e a sua agenda política, colocando como prioridade a análise da consistência dos seus princípios em relação aos mecanismos institucionais adotados para definição da política em questão.

Fundamentos ideológicos da Política Pública de Economia Solidária

Na primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em junho de 2006, cujo tema foi "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento", já se discutia no seu primeiro eixo temático, os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. Neste sentido, são apontados no documento final da conferência os fundamentos da economia solidária, os quais todos os atores envolvidos nas ações desta política devem perseguir como objetivo e como causa a defender.

Segundo o mesmo documento, a Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.

Sendo assim, as atividades no âmbito da economia solidária, sejam de produção, comercialização, finanças e consumo, devem privilegiar:

A autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, o acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, com a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (I CONAES, 2006, p. 2).

Segundo o documento analisado, estes aspectos trazem, portanto, como exigência, uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário. Uma vez que a Economia Solidária é um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários.

Significa dizer, desta maneira, que, conforme afirmações do documento citado acima, os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento.

A perspectiva que se apreende do movimento da economia solidária envolvido nas discussões da I Conferência é que,

nas iniciativas da Economia Solidária, a igualdade seja respeitada, como um direito de todos, no que tange às responsabilidades e oportunidades dos participantes dos empreendimentos econômico solidários. Tal aspecto implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.

O ponto central do documento em questão é trazer a Economia Solidária como geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.

Nesse sentido, a ideia de trabalho apresentada no documento é que ele seja exercido por livre opção, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido.

[...] Que o seu produto (do trabalho) seja de propriedade do trabalhador, individual ou coletivamente, e não alienado pelo capital. Um trabalho que é sinônimo de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina [...] (I CONAES, 2006, p.3).

Este tipo de trabalho conforme defendido no documento final da I Conferência, pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital, da alienação do trabalho e da apropriação da produção por quem produz, e a implantação da autogestão.

Como analisado acima, a economia solidária se fundamenta nas relações de colaboração solidária, valorizando o sujeito

como finalidade da atividade econômica em detrimento do lucro e da exploração do capital previstas dentro do sistema capitalista de produção. A produção dentro da proposta da Política de Economia Solidária e dos seus usuários deve ser direcionada para o desenvolvimento sustentável daqueles que dela se sustentam, devendo estar os meios de produção e a sua gestão sob o controle dos trabalhadores como previsto no sistema de autogestão, que tem por finalidade a igualdade de direitos, de oportunidades e de responsabilidades entre os sujeitos. Todas estas preocupações se dão no intuito de superação da subalternidade do trabalho e de reversão da lógica capitalista de produção.

A segunda Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2010, vem reafirmar a perspectiva de economia solidária desenvolvida na I CONAES, como estratégia e política de desenvolvimento. Mas desta vez os participantes da construção da II CONAES vêm aprofundar o tema do direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão.

Se no documento final da I Conferência os envolvidos expuseram sobre o diferencial da economia solidária enquanto forma de autogestão em relação ao grande capital, em 2010, na II Conferência, a discussão se deu em torno do direito de se organizar na autogestão; é o reconhecimento deste modo de produzir que entra em questão após 04 anos de organização da categoria dos trabalhadores.

Neste sentido, o documento da II Conferência inicia a sua discussão fazendo uma exposição dos principais avanços e desafios da economia solidária na conjuntura nacional e internacional.

Segundo análise realizada, este tipo de organização da produção, que se baseia no cooperativismo e na autogestão, cresceu nos últimos anos. Conforme colocado no documento em questão a

[...] economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. (II CONAES, 2010, p. 10).

Desde a revolução industrial da Europa no século XX, a luta dos trabalhadores se faz presente na busca de conquistar seus direitos de democratização dos meios de produção, de valorização do trabalho em detrimento dos interesses de acúmulo do capital. Sendo assim, a autogestão é colocada no documento, com vantagens superiores ao modo de organização da produção sob o capitalismo. Conforme pode ser verificado no documento analisado, a economia solidária trava a luta política ideológica contra o neoliberalismo e disputa com o capitalismo o direito de viver e trabalhar em organizações coletivas e democráticas.

Embora cresça o interesse pela economia solidária nos momentos de crise econômica, o entendimento das pessoas envolvidas nesta iniciativa é de que ela não deve ser simplesmente considerada como política social ou medida compensatória aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Há um desafio maior que é o de projetar-se como

paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de "produção, comercialização, finanças e consumo". (II CONAES, 2010, p. 19).

No que tange aos direitos sociais do trabalho associado, o coletivo reunido na II Conferência entende que, além do reconhecimento dos direitos das formas organizativas econômicas solidárias, é preciso que haja a garantia de direitos de trabalhadoras(es) que optam pela forma do trabalho associado. (II CONAES, 2010, p.11). Uma condição fundamental para isto acontecer, conforme defesa dos envolvidos na política, seria a garantia do

[...] acesso à seguridade social (saúde, assistência e previdência social) como direito universal que precisa ser garantido também a trabalhadores(as) dos empreendimentos econômicos solidários, na condição de segurado especial, contemplando as especificidades do público do cooperativismo social. (II CONAES, 2010, p. 24).

Esta conjuntura de ausência de direitos para os trabalhadores da economia solidária e a luta travada entre os entes representantes da categoria no governo, na verdade, ratificam a relevância da discussão a ser pleiteada no âmbito da política, acerca do seu reconhecimento como política legalmente estabelecida, com legislação própria e não apenas amparada por estruturas governamentais montadas para programar políticas de cunhos diversificados que por vezes fragmentam as ações desenvolvidas e não conseguem atender ao público prioritário da política estabelecido em cada programa ou projeto da SENAES/MTE.

Em contraposição aos fundamentos destacados nos dois documentos, o que se depreende desta análise é que pensar o

cooperativismo, a autogestão e controle operário no contexto de capitalismo que vivenciamos atualmente tornam-se um grande desafio (limite), uma vez que tanto o mercado quanto o Estado interferem constantemente nas finalidades e também nos fins e nos meios das relações estabelecidas entre capital e trabalho. Sendo assim, o controle operário seria capaz de, no máximo, realizar a supervisão, a inspeção e a verificação das decisões tomadas pelas instâncias exteriores ao processo produtivo, a exemplo do Estado, dos partidos, entre outros. (Arcoverde, 2009, p. 23 – grifos nossos).

Desta maneira, os princípios defendidos pela economia solidária encontram não apenas barreiras teóricas para se estabelecer como nova economia no sistema capitalista (idealismo, utopia), mas, sobretudo, limites que a própria realidade impõe. Entre eles o desenvolvimento da concepção materialista da história, que impõe a esfera da produção como base para a ordem social e junto com ela a troca de produtos. Isto quer dizer que, conforme ideias de Engels (2005, p. 69), em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos e, juntamente com ela, a divisão social dos homens em classes ou camadas é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos.

Principais resultados

Os documentos analisados e destacados no quadro abaixo demonstram a correlação de forças existentes entre a esfera governamental, no estabelecimento da

Política de Economia Solidária ou de suas ações, e as demais esferas envolvidas no desenvolvimento da política. Sejam entidades da sociedade civil sejam trabalhadores organizados em empreendimentos solidários ou autônomos.

A análise documental realizada destaca, sobretudo, os aspectos políticos e ideológicos da economia solidária entendida ora como ação do Estado, ora como luta política dos trabalhadores. No entanto, ao focalizarmos a análise nas perspectivas político-ideológicas da economia solidária que puderam ser captadas na documentação, fica perceptível que há valores que se conjugam ou se reafirmam entre Estado e trabalhadores

e há acima de tudo uma compreensão quase que unânime de que a economia solidária ultrapassa ou pelo menos deveria ultrapassar o aspecto da sobrevivência e do acesso à renda.

Logo abaixo, está demonstrado, em cada documento analisado de forma resumida, a visão ou perspectiva defendida a respeito da economia solidária que confirma as afirmações de que tal política deve ser pensada para além da questão de renda e sobrevivência. Por exemplo, há um grande destaque para a dimensão emancipatória que é colocada em grande parte dos documentos analisados.

Quadro I: Perspectivas político-ideológicas da economia solidária como ação do Estado e luta política dos trabalhadores

DOCUMENTOS ANALISADOS	PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA		
Termo de Referência da ECONOMIA SOLIDÁRIA PNQ 2003	Enfrentamento ao desemprego/precarização do trabalho	Alternativa para ocupação do trabalhador(a)	Dimensão emancipatória
I CONAES	Dimensão emancipatória	Desenvolvimento sustentável, justo e solidário	-
II CONAES	Dimensão emancipatória	Direito à organização em autogestão	-
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011	Geração de trabalho e renda	Inclusão social	Desenvolvimento sustentável, justo e solidário
Relatório final do convênio MTE / IPEA/ANPEC 01/2003 ²	Gestão democrática e autogestionárias dos trabalhadores	-	-
Relatório final do convênio MTE / IPEA/ANPEC 01/2003 ³	Inclusão social	Geração de trabalho e renda	Desenvolvimento sustentável, justo e solidário
Termo de Referência para implantação dos - CFES	Dimensão emancipatória	Inclusão social	-
Boletim Informativo. Ano III. Julho/2011	Inclusão social	Geração de trabalho e renda	Dimensão emancipatória
DECRETO N° 5.063 – 03/05/2004	Enfrentamento ao desemprego	Direito à organização em autogestão	Dimensão emancipatória
Chamada Pública 002/2011 – SENAES/MTE ³	Dimensão emancipatória	Gestão democrática e autogestionárias dos trabalhadores	Geração de trabalho e renda
Boletim Acontece - SENAES (n° 01 - 20)	Dimensão emancipatória	Gestão democrática e autogestionárias dos trabalhadores	Geração de trabalho e renda

¹ O marco jurídico da autogestão e economia solidária - 2003

² Programas e Ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal - 2005

³ Promoção de Ações de Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial visando à superação da Extrema Pobreza - 2011

Ao agruparmos por semelhança as ideias presentes nos documentos analisados, obtivemos o resultado de que a dimensão emancipatória é a perspectiva mais presente na organização do arcabouço da política. Esta dimensão emancipatória compreende a economia solidária como uma nova forma de produzir e organizar a produção, diferente da que é realizada no capitalismo e, acima de tudo, capaz de enfrentar o atual sistema produtivo, promovendo outro modo de produção.

Conforme preconiza o documento da I CONAES "A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do capital" (I CONAES, 2006, p. 3). Em 88% dos documentos analisados tal perspectiva esteve presente orientando os rumos da política na esfera do Estado, mas também dos outros envolvidos na política, como é o caso dos entes envolvidos nas duas conferências nacionais da economia solidária.

A outra perspectiva mais desenvolvida no âmbito da análise realizada é a que defende a economia solidária com o potencial de geração de trabalho e renda. Em torno de 55% dos documentos analisados traduzem esta perspectiva. (ver tabela abaixo). São poucos os documentos da política e do programa em questão que traduzem a perspectiva do trabalho como direito, assim como aqueles que defendem a economia solidária apenas como alternativa de ocupação. Na mesma proporção está a perspectiva de ser a política uma forma de enfrentamento ao desemprego e à precarização do trabalho.

Dos 11 documentos sistematizados para análise, 04 deles, ou 44%, desenvolvem a perspectiva da economia solidária como

alternativa de inclusão social. Já 03 (33%) reconhecem a importância desta política como necessária à gestão democrática e autogestionárias dos trabalhadores envolvidos na mesma. Sendo assim, permanece o dilema para o reconhecimento desta política como potencializadora do direito à organização do trabalho em autogestão que se apresenta em apenas 02 dos documentos analisados.

Quadro II: Perspectivas político-ideológicas da economia solidária

Perspectivas político-ideológicas da economia solidária	N. abs.	%
Enfrentamento ao desemprego/precarização do trabalho	02	0,22
Dimensão emancipatória	08	0,88
Desenvolvimento sustentável, justo e solidário	03	0,33
Geração de trabalho e renda	05	0,55
Inclusão social	04	0,44
Direito à organização em autogestão	02	0,22
Alternativa para ocupação do trabalhador (a)	01	0,11
Gestão democrática e autogestionária dos trabalhadores	03	0,33

Fonte: Documentos analisados - Portal SENAES/TEM. Elaboração própria, 2012

Os dados nos levam a inferir que há uma polaridade na compreensão da política que se concretiza nas suas ações e se reflete nas duas perspectivas mais frequentes a respeito da Política de Economia Solidária do país, quais sejam: a primeira, que aponta a política e suas ações como frutos da necessidade de enfrentamento ao desemprego e geração de trabalho e renda, e a segunda, para a qual a Política de Economia Solidária é considerada uma alternativa ao modelo capitalista de produção lutando, contra a sua exploração.

A primeira perspectiva foi e é muito difundida e se localiza principalmente nas

análises que a colocam como fruto dos anos perdidos da economia brasileira, quando a Política de Economia Solidária foi colocada, de fato, em alguns Estados brasileiros (RS, SP, BA, PE) como forma de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Já a segunda perspectiva é considerada mais radical e discorda da ideia de que a economia solidária seja considerada apenas como alternativa para os desempregados. Ela é antes de tudo uma forma de enfrentamento à exploração do capital, com o objetivo de ultrapassar esta ordem imposta pelo capitalismo. É sob esta perspectiva que hoje caminha todo o movimento da economia solidária no país, e que tem ganhado força também em alguns setores do governo, sobretudo na SENAES que tem como Secretário um egresso do movimento social.

Conclusões

As análises realizadas até aqui dão conta de que são muitos os determinantes que definem ou estabelecem as condições da atuação do Estado no que tange à sua atuação no âmbito da política de economia solidária no país. Desta maneira, entendemos como necessário fazer a recuperação de algumas discussões feitas anteriormente que justificam o fato de o Estado trabalhar incessantemente no resgate atual a este tipo de enfrentamento ao desemprego, dado por meio do incentivo e fomento às ações da economia solidária.

Sob a perspectiva do Estado, esta iniciativa significa uma ampliação no campo de atuação do Ministério do Trabalho e

Emprego, que passa a se preocupar também com a esfera do trabalho informal e não só com o trabalho formal como antes era priorizada em sua instância. Mas, diante do que temos afirmado, esta é uma tendência que se apresenta para nós como uma forma ou meio de mistificar a realidade que é mais gritante, ou seja, na verdade o Estado não dá conta de atender às demandas da população expropriada dos meios de se manter.

O contexto político-econômico atual da sociedade brasileira exige um posicionamento do Estado muito mais persuasivo e comprometido com a questão social. Na verdade, o Estado, ao mesmo tempo em que atende a uma demanda da realidade que os trabalhadores impõem, também entra no jogo das correlações de forças cedendo ao apelo capitalista e entrando na dinâmica da flexibilidade, do toyotismo, o que apenas acirra o nível de exploração do trabalhador.

Significa dizer que, uma vez que o Estado é a expressão das parcelas da sociedade, ele não tem como livrar-se da investida ideológica da sociedade que agrega valores capitalistas e não apreende a realidade em sua totalidade. Percebendo, por exemplo, nas iniciativas ao trabalho autônomo e por contra própria, assim como nas iniciativas da economia solidária, uma alternativa viável ao enfrentamento da questão do desemprego e da falta de trabalho. Quando, na verdade, a realidade mostra a partir de uma análise mais aprofundada do fato que há questões que ultrapassam esta compreensão e que só podem ser resolvidas no campo da correlação de forças políticas e ideológicas nas instâncias de controle da produção, que atualmente se encontra nas mãos do Estado e de parcela da sociedade civil, onde se inclui

o mercado como regulador das relações sociais.

Por um lado, o Estado vem percebendo e investindo na economia solidária como alternativa para o enfrentamento ao desemprego, fomentando tais ideários na população beneficiária das ações da política. E, por outro, permanece na luta para cumprir seus objetivos de colocar a economia solidária como política social reconhecida e com legislação própria.

A impressão que captamos neste trabalho é que os envolvidos nas ações da economia solidária, embora tenham todo o conhecimento do processo de exploração do capitalismo, colaboram no mesmo processo através do consentimento e da aceitação no plano ideal de que é possível transformar esta realidade de exploração por via do trabalho solidário que se realiza em um campo minado e dependente do capital. Os entes envolvidos no processo de implementação da política no país, sejam o Estado, os trabalhadores ou as entidades que executam tais ações, acabam por fomentar esse processo de ideologização, quando esperam que este enfrentamento por via da política pública seja capaz de dar resolução à questão social que os levou a transformá-la em agenda política.

Neste sentido, a nossa crítica se fundamenta na perspectiva de que o Estado precisa enfrentar a questão do desemprego e da falta de trabalho por via do direito social ao trabalho, à previdência e à proteção social, e não apenas por via do incentivo às iniciativas da economia solidária, que sem dúvida resolve em parte e em curto prazo o problema da falta de renda e da manutenção da população, mas que em longo prazo não dá sustentabilidade, não se mantém.

Exatamente porque atua de forma superficial no enfrentamento do problema.

Foi este movimento de análise que nos levou a pensar na importância da avaliação política da política, a partir de uma perspectiva dialética capaz de apreender os focos reais de atenção que devem ser dados à determinada Política e perceber onde estão os seus principais gargalos e ali atuar de forma efetiva, eficaz. Neste sentido, foi identificado que a realização da avaliação política da política, acerca da economia solidária, teria um fator limitador deste processo que é a questão da temporalidade. Por ser uma política recente e ainda sem regulamentação ou legislação própria, não nos caberia julgamentos e análises definitivos. Mas sobre o que achamos pertinente destacar a este respeito, temos que é uma política que tem uma abrangência e aceitação nacional relevante, é bem articulada politicamente, mas depende de uma estruturação e definição no âmbito governamental para estabelecê-la de fato como agenda pública prioritária.

A análise dos fundamentos ideológicos da Política Pública de Economia Solidária nos leva a apreensão da consistência dos seus princípios norteadores e a entender também os aspectos políticos e ideológicos que envolvem o seu processo decisório. Sendo assim, percebemos que são muitos os determinantes que definem a agenda política do Estado para o enfrentamento ao desemprego e à ausência de trabalho por via desta política pública.

Referências bibliográficas

- ARCOVERDE, A. C. B. (et al). *Avaliação de Programas Sociais. A intermediação de mão de obra da agência do Trabalho*. Recife, PE: Ed. Universitária (UFPE), 2004.
- _____. *Economia Solidária em Pernambuco. Alternativa de Emancipação frente ao Desemprego e à Exclusão Social*. Recife, PE: Ed. Universitária (UFPE), 2009.
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*/ Elizabeth Melo Rico (Org.), São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2009.
- BRASIL. PROJETO DE LEI 865/2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2011/msg85-31MAR2011.htm> acesso em: 30/12/2011.
- _____. DECRETO Nº 5.063, DE 3 DE MAIO DE 2004. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5063-3-maio-2004-531844-normaatualizada-pe.pdf>> acesso em: 30/12/2011.
- ENGELS, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2005. Tradução de Rubens Eduardo Frias.
- FIGUEIREDO, M. F & FIGUEIREDO, A. M. C. *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica*. Anál. e Conj., Belo Horizonte, set/dez, 1986.
- MEDEIROS, Alzira. *Programas e Ações de Apoio à Economia Solidária Geração de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal*, 2005. (RELATÓRIO FINAL DO CONVÊNIO MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003).
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Boletim Acontece SENAES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/economia_solidaria/secretaria_nacional_boletim.asp>. Acesso em: 30/12/2011.
- NEPP/UNICAMP - *Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários. Relatório Final. Parte III - Avaliação de Programas Públicos: Guia Metodológico para Gestores*, Campinas, Julho, 1999. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/servico/arquivos/Sala5407.pdf>> Acesso em: 20/11/2010.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª Edição. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Cortez Ed., 2007.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego*. Mercado de trabalho, 39, mai. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/06_ES1Paul.pdf> Acesso em: 30/12/2011.
- _____. 8 ANOS DE SENAES. Boletim Informativo. Ano III. Julho/2011. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E216601310B2FCEB0109A/boletim_SENAES_22.pdf> Acesso em: 30/12/2011.

Resumen: En este artículo se analiza los determinantes políticos e ideológicos que subyacen a las acciones del Estado para hacer frente al desempleo y la ausencia de empleo a través de la política. Seguimos una línea de verificación de los elementos políticos e ideológicos en las relaciones entre el Estado y la sociedad civil para el establecimiento de acciones para promocionar actividades de economía solidaria en el país. Los datos analizados, junto con el marco teórico y los documentos de la política, demuestran que esta política se desarrolla en un campo fértil de correlación de fuerzas políticas e ideológicas y ponen evidencia en la dificultad de regulación y aplicación efectiva de las políticas públicas, mientras que frente a la cuestión del desempleo y la falta de empleos y de ingresos. El trabajo asociado sigue luchando por el derecho a producir y se presenta como el principal reto a conquistar tanto dentro del gobierno como a los trabajadores organizados dentro de la economía social.

Palabras-clave: Evaluación de políticas, la economía solidaria, el trabajo asociado.

Résumé: Cet article vise à analyser les déterminants politiques et idéologiques qui sous-tendent les actions de l'État pour faire face au chômage et au manque d'emplois à travers la politique. On a examiné les relations politiques et idéologiques actuelles entre l'État et la société civile lors de la mise en place des partenariats qui font la promotion de mesures d'économie sociale et solidaire dans le pays. Les données analysées, associées au cadre théorique et à des documents de politique, indiquent qu'une telle politique est développée sur un terrain fertile de corrélation de forces politiques et idéologiques qui démontrent la difficulté de sa réglementation et de sa mise en œuvre effective pour faire face au chômage et au manque d'emplois et de revenus. Le travail associé reste toujours un champ de lutte pour le droit de produire et apparaît comme le principal défi à être surmonté à la fois par le gouvernement et par les travailleurs organisés dans le cadre de l'économie sociale et solidaire.

Mots clés: évaluation politique, économie sociale et solidaire, travail associé.

Notas

- 1 Nesta perspectiva a autogestão é entendida como gestão cooperativa ou gestão coletiva e democrática do empreendimento por todos os seus sócios. O termo autogestão tem suas origens na Europa e seu uso está ancorado a partir do processo de industrialização e se dá com o objetivo de enfrentamento às oligocracias empresariais dominantes da época. À medida que começam a surgir as consequências deste modelo industrial, de capital globalizado, que traz como principais dificuldades para os trabalhadores o desemprego e o enfraquecimento dos vínculos sociais e trabalhistas além da precarização do trabalho assalariado, a autogestão passa a difundir-se como alternativa a este modelo e como enfrentamento ao mesmo. (Arcoverde, 2009 – grifos nossos).